



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA CONJUNTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PROCESSO Nº: E-03/100.497/2003
INTERESSADO: CURSO MITOS - M&I. Treinamento em Organizações de Saúde Ltda.

PARECER CEE Nº 146 /2004

Nega o pedido de autorização para funcionamento do Curso de Educação Profissional, na Área de Saúde, Habilitação de Técnico em Segurança do Trabalho, do Curso Mitos – M&I. Treinamento em Organizações de Saúde Ltda., na Matriz, situada na Rua Carnaúba, nº 281, Jardim Guanabara, Ilha do Governador, Município do Rio de Janeiro, de acordo com a Deliberação CEE nº. 254/00, e dá outras providências.

HISTÓRICO

Marcos Miranda Barreira, Representante Legal do Mitos – M&I. Treinamento em Organizações de Saúde Ltda., mantenedor do Curso Mitos – M&I. Treinamento em Organizações de Saúde Ltda., requereu “autorização para funcionar com Educação Profissional, oferecendo o Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na Área Profissional de Saúde, na Matriz, situada na Rua Carnaúba, nº 281, Jardim Guanabara, Ilha do Governador”, Município do Rio de Janeiro.

VOTO DO RELATOR

Examinando o processo, chama a atenção o fato de, não obstante tratar-se de um curso profissionalizante na área de saúde, a instituição carecer por completo de quaisquer instalações e equipamentos relacionados com tal tipo de estudos. Os únicos equipamentos descritos são mesas, cadeiras, retroprojetores, aparelhos de televisão e de vídeo e alguns, muito poucos, computadores de pequena capacidade para os parâmetros atuais. Não há biblioteca, nem laboratórios, com exceção do de informática, bastante precário. Curiosamente, a descrição de equipamentos constante neste processo é literalmente a mesma que se encontra num outro processo da mesma empresa, relativa à filial situada no Méier. Será que as instalações e equipamentos de uma sede servem para a outra?

A própria instituição solicitante declara que o profissional Técnico em Segurança do Trabalho deve possuir, entre outras, a competência de “utilizar os sinais e símbolos internacionais de saúde e segurança do trabalho, assim como equipamentos de proteção individual e coletiva”. Além disso, a grade curricular inclui, como não poderia deixar de ser, disciplinas como “Higiene e Medicina do Trabalho”, “Tecnologia e Prevenção no Combate a Sinistros”, “Prática Profissional”.

Não se consegue compreender como seria ministrado um curso profissionalizante sem, praticamente, nenhum equipamento para a prática profissional.

É por isso que nego a autorização pedida, determinando que o interessado seja notificado e o processo, arquivado.

Processo nº: E-03/100.497/2003

CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara Conjunta de Educação Superior e Educação Profissional acompanha o voto do Relator.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2004.

Magno de Aguiar Maranhão – Presidente
Jesus Hortal Sánchez – Relator
Celso Niskier
Francisca Jeanice Moreira Pretzel
José Antonio Teixeira - *ad hoc*
Maria Lucia Couto Kamache

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO

O presente Parecer foi aprovado por unanimidade.

Sala das Sessões, no Rio de Janeiro, em 29 de junho de 2004.

Roberto Guimarães Boclin
Presidente

Homologado em ato 23/07/04
Publicado em 02/08/04 - pág. 28